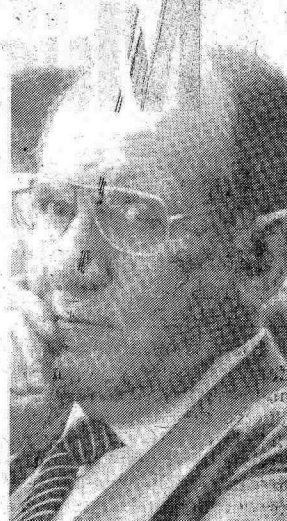


FOTOS: ARQUIVO



Roriz lidera, mas forças políticas locais, como Campello, Abadia e Correa, ameaçam passar à frente

Primeira batalha nas urnas já mobiliza DF

MASSIMO MANZOLILLO

Brasília se constituirá, a partir de março do próximo ano, numa ilha de exceção em meio a um país de liberdade restituida. No momento da posse do Presidente da República eleito por voto direto, o Palácio do Buriti estará recebendo seu último governador biônico, que exercerá um mandato-tampão de 10 meses, marcando o suspiro final do estado aurocrático. Apesar desse obstáculo, as representações regionais dos partidos começam a se estruturar pensando na eleição ao governo do Distrito Federal, que se realizará em novembro de 1990.

Sufocada durante anos pela estratégia de se efetivar no GDF militares de patente inferior à do Presidente da República, instituindo a chamada **dobradinha** general-coronel, a população de Brasília desperta para esse fato inusitado. Pela primeira vez, o eleitor escolherá diretamente o governador, num processo que nem mesmo a Nova República ousou estabelecer, indicando sucessivamente Ronaldo Costa Couto, José Aparecido, Alexandre Costa (reprovado no Senado) e Joaquim Roriz. O último biônico desempenhará a função de coordenador do processo de transição política.

O mandato-tampão foi estabelecido pela Constituição promulgada em outubro passado, sob o argumento de unificar a data do pleito em relação aos demais estados. Mesmo esse processo indireto vem seduzindo os partidos locais, que vêm na corrida presidencial o instrumento para alcançar um fugaz poder. O vitorioso à corrida

ao Planalto em novembro próximo nomeará o governador do Distrito Federal, que deverá ser respaldado pelo Senado Federal. Esse requisito torna ingrata a tarefa de candidatos como Leonel Brizola, Luiz Inácio da Silva e Fernando Collor, que não possuem sustentação política na Casa.

CAMPANHA

Da esquerda à direita, todos os partidos foram unânimes em afirmar que ambas as campanhas, tanto a indireta como a livre escolha nas urnas, somente deslancharão com a proximidade das eleições presidenciais. Mesmo sem articulação direta das legendas, alguns políticos arriscam um trabalho prematuro, como os membros do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Respalda-do pelo potencial do candidato Leonel Brizola, os pedetistas começam a especular em torno do reitor da UnB, Cristóvam Buarque de Holanda, como "indicacão coerente" para um mandato-tampão.

O ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, coordenador da candidatura do PDT e postulante ao cargo de vice-presidente na chapa, busca viabilizar o nome de seu chefe de gabinete à época em que ocupava a Pasta, apesar da resistência do próprio reitor. Do outro lado, surge a figura ameaçadora do senador Maurício Corrêa, eleito com a expressiva marca de 198 mil votos (quase 30 por cento do eleitorado de Brasília), que pretende trazer tal debate para a estrutura regional do partido; mesmo como forma de reconhecimento à sua liderança incontestada.

Corrêa seria também o candidato às eleições dire-

tas, sustentado por uma meteórica ascensão política, constatada pelas urnas em 1986. O interesse pela disputa torna possível uma radiografia de todas as legendas com representação em Brasília, que ficaram distantes da opinião pública em função do litígio eleitoral. É possível constatar, por exemplo, divergências internas no PMDB, reflexo de distúrbios maiores verificados em nível nacional. Também aqui o partido sofre as consequências do racha entre moderados e progressistas, não conseguindo se unir em torno de candidatos.

DISPUTA

De um lado, convencionais vitoriosos como o presidente regional, José Ito Corrêa, e a deputada Márcia Kubitschek, buscam um entendimento com os governistas, deputado Francisco Carneiro e senador Meira Filho, que perderam espaço dentro do diretório em função desse posicionamento. Essa disputa de bastidores se arrastará até janeiro do próximo ano, quando o PMDB renovará o diretório regional e suas zonais, delineando um novo quadro de forças. O resultado pode indicar, com clareza, quem sairá candidato pela legenda nas eleições de novembro de 1990.

O marasmo parece ter tomado conta de um PFL, à primeira vista, em frangalhos. O partido perdeu força com a saída de candidatos em potencial como Valmir Campello Bezerra e Maria de Lourdes Abadia, que migraram para legendas onde há certeza de ambas as candidaturas. Essa opção deixou os pefelistas limitados aos nomes do deputado Jofran Frejat, com

eleitorado certo, mas sem base política para concorrer ao GDF, e do presidente Osório Adriano. Arrasado pelas urnas em 1986, o empresário pode ser contestado dentro de suas próprias fileiras, em função do desempenho tímido no último pleito.

O ponto de partida dessa revolta seria Benedito Domingos, ex-secretário de Habitação do DF, relegado a segundo plano no partido. Líder comunitário e político, pode não sair candidato, mas certamente será namorado por diversos postulantes em busca de coligações. Outros membros do PFL tendem a concorrer à Assembleia Legislativa, formando base política para empreitadas futuras. Esse seria o caso de Heitor Reis, ainda moribundo no organograma do Governo, e do secretário-geral, Paulo Goyaz. Ninguém pensa em mandato-tampão — um retrato da fraca receptividade nacional da candidatura pefelista ao Planalto.

CAMPEÕES

Os grandes campeões de voto da cidade — Valmir Campello e Maria de Lourdes Abadia — devem trazer ao primeiro plano da política brasiliense seus novos partidos: PTB e PSDB, respectivamente. O ex-administrador de Brasília, Taguatinga e Gama corre em raia própria, enfrentando os obstáculos de um partido sem estrutura, mas com reais possibilidades assopradas por sua notoriedade e desempenho nas urnas. Abadia, ex-administradora da Ceilândia, tem a seu favor o apoio de outras expressões do partido, como Geraldo Campos, Sigmaringa Seixas e Pompeu de Sousa.